

## ATA NÚMERO 8 DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da quarta Reunião Ordinária da CNODS, realizada em 26 de setembro de 2024, às nove horas e trinta minutos, na modalidade virtual.

Aos vinte seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a presença dos seguintes membros: Lavito Person Motta Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os ODS; Andre Porto, Assistente da Comissão Nacional para os ODS; Mariana Siqueira, Assistente da Comissão Nacional para os ODS; Marina Cavalcanti, Assessora da Comissão Nacional para os ODS; Thiago Gehre, Assessor da Comissão Nacional para os ODS; Ana Helena Rodrigues, Instituto Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Alexandrina Saldanha Sobreira De Moura, Fundação Joaquim Nabuco- MEC; Ana Lucia De Melo Custodio, Instituto Ethos; Ana Luiza Carvalho Barros Meirelles, Teia Da Carta Da Terra Brasil/Centro Ecológico; Andrea Matos, ONDAS; Andressa Pellanda, Campanha Nacional Pelo Direito À Educação; Andressa Severa Romero Gonçalves De Souza, Impacto; Antonio Francisco Da Costa E Silva Neto, Ministério Das Cidades; Antonio Sergio Malaquias De Queiroz Filho, MIDR; Bianca Oliveira Medeiros, MMA; Carina Tatiana Giunco Tomazoni, Instituto Selo Social; Conceição Coutinho Melo, MDA; Cristina Fróes De Borja Reis, SPE/ MF; Danyel Iório de Lima, Ministério do Planejamento e Orçamento / Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN; Débora Rodrigues, Abong; Delma Santos De Andrade, ASPAD/SECOM; Denise Maria Penna Kronemberger, IBGE; Eduardo de Araújo Nepomuceno, Ministério da Justiça e Segurança Pública; Eduardo Santarelo Lucas, SECOM; Elias Begnini, MMA; Elise Sueli Pereira Gonçalves, Gabinete De Segurança Institucional Da Presidência; Eloa Silva De Moraes, Sqpt/Mir; Fabiane Dutra Oliveira, União Brasileira De Mulheres; Fani Mamede, Ministério Dos Transportes; Fatima Cristina Faria Palmieri, UGT; Fernando Assanti, Instituto Selo Social; Flávia A. Giusepone, Fundação PoliSaber; Francisca Adalgisa da Silva, ONDAS- Observatório nacional pelo direito a Água e ao Saneamento; Francisco Denes Pereira, SRI/PR; Frederico França Batista, MDIC; Gilberto Alvarez Giusepone Junior, Fundação PoliSaber; Gilmar Dominici, Associação Brasileira de Municípios; Giselle Dupin, Ministério da Cultura; Herbert Borges Paes de Barros, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Inalda Barros Béder, Instituto Alpargatas; Izane Mare Ribeiro Mathos, INPETI; Jacinta de Fatima Sena da Silva, Associação Brasileira de Enfermagem; João Guilherme Vogado Abrahão, Confederação Nacional Do Transporte; José Alberto Saraiva Fernandes, Faculdade Zumbi dos Palmares; José Eduardo Malta de Sá Brandão, IPEA; José Leonardo Maniscalco, MD; Julia Catão Dias, IDEC; Júlia Santa Anna Mello, Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos; Juliana Araujo Cesar Tavares, GT Agenda 2030; Kleber Souza Dos Santos, MAPA; Lais Campelo Corrêa Torres, Ministério do Turismo; Larissa Carolina Amorim dos Santos, MPOR; Iaudijane Domingos da Silva, União Brasileira de Mulheres- UBM; Lincoln Bernardes Junior, Gabinete de Segurança Institucional - GSI/PR; Lourival Araujo

Andrade, MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Luana Paré de Oliveira, Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Luciano Garcia Lourencao, Ministério da Previdência Social; Marcela Jacominy de Amorim Mendes, CGU; Márcia Muchagata, MDS; Maria Auriana, MEC; Maria Cristina Sampaio Lopes, Instituto AMSUR; Maria Francisca Santos Abritta Moro, CGU; Melillo Dinis do Nascimento, CNBB; Shirlei Corrêa Rodrigues, Ministério da Cultura; Miriam Salete Licnerski Barreto, Moradia e Cidadania; Natalete Oliveira da Silva, Ministério da Cultura; Nina Orlow, MNODS; Nivio Caixeta do Nascimento, Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Patricia de Aquino, REODS/Unitins; Patricia Miranda Menezes, Rede ODS Brasil; Patrícia Ravallet Tavares do Amaral e Oliveira, MDA; Paulo Ernani Gadelha Vieira, Fiocruz; Priscila Gonçalves de Oliveira, Advocacia-Geral da União; Priscila Oliveira da Silva, CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Turismo e Serviços; Priscila Pereira, CNI; Rafaela Junqueira de Oliveira, MRE/CGDES; Raimunda Caldas Barbosa, UMBRASIL; Raymundo Pires Monteiro, Ministério da Defesa; Renata Alves de Oliveira Carvalho, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Renata Belzunces dos Santos, DIEESE; Robely Borges De Barros Ferreira Santos Carneiro, Moradia E Cidadania; Romulo Paes de Sousa, Fiocruz; Rosemeire Rodrigues de Oliveira, FNP-ParceriasODS; Rodrigo Lopes Sauaia, Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); Rogério Schmidt Campos, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Sandra Regina de Sena Santos, Movimento Nacional ODS; Tallyta de Oliveira Pereira Cardoso Drummond, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Tatiani Leal, CNI; Valcler Rangel Fernandes, Ministério da Saúde; Victor Graça, FUNDAÇÃO ABRINQ; Yara Resende Marangoni Martinelli, Associação Brasileira de Municípios; Zuleica Goulart, ICS. O presidente Lavito Bacarissa abriu a sessão, agradecendo o engajamento dos membros e solicitando a assinatura da lista de presença. Destacou a importância da participação de titulares e suplentes nas deliberações, considerando tratar-se de uma reunião ordinária. Foram anunciadas as participações da CNODS em eventos futuros, como o encontro de prefeitos e prefeitas em fevereiro de 2025 e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em novembro de 2024. O representante do Ministério das Relações Exteriores, Vicente de Azevedo Araujo Filho, apresentou um panorama das relações internacionais, abordando a recente participação do Brasil no G20 e na Cúpula do Futuro, lamentando a pouca ambição, com relação a temas de desenvolvimento sustentável, do Pacto para o Futuro adotado pelos Estados-membros da ONU. Comentou sobre o discurso do presidente Lula na ONU, que propôs uma revisão da Carta da ONU, e enfatizou a relevância estratégica da bioeconomia para o Brasil, com o país liderando a elaboração de princípios nessa área no G20. Durante o debate, temas como o papel do Itamaraty no Pacto para o Futuro, a greve dos Correios no Acre e a preocupação com a privatização da água foram discutidos. Juliana César relatou sua participação na Assembleia Geral da ONU, onde destacou as dificuldades atuais do multilateralismo e a crescente influência da iniciativa privada nas discussões internacionais, ressaltando a importância de preservar a prioridade dos povos nas negociações. Foram lidas e aprovadas as atas de reuniões Ordinárias e Extraordinárias anteriores e os planos de trabalho das Câmaras Temáticas. Paulo Leonardo, da Fiocruz, apresentou atualizações sobre o trabalho com povos e comunidades tradicionais, destacando a realização de eventos para conectar a Agenda 2030 aos territórios tradicionais. Em seguida, Edvaldo, do Ministério da Igualdade Racial,

abordou os avanços no ODS 18, detalhando o processo de criação de indicadores e a realização de oficinas e concursos para fortalecer o envolvimento da sociedade civil. Ao meio-dia foi feita uma pausa para o almoço com o retorno programado para às 14h. Thiago Gehre Galvão abriu a segunda parte da reunião com um resumo da manhã. Relatou que as atas e os planos de trabalho das câmaras temáticas foram aprovados, com destaque para temas envolvendo povos e comunidades tradicionais. Em seguida, abordou os preparativos do Brasil para a COP 30, em Belém, e apresentou os palestrantes Mário Gustavo Mottin e Alberto Kleiman. Mário Gustavo Mottin, do Ministério das Relações Exteriores, falou sobre o papel estratégico do Brasil como anfitrião da COP 30, destacando a oportunidade de fortalecer a conexão entre ações climáticas e os ODS, especialmente temas de adaptação climática. O Brasil, copresidente da Troika da COP, liderará uma agenda focada na justiça climática, conectando questões ambientais a desafios sociais. Mário também detalhou os preparativos logísticos, coordenados pela Secretaria Nacional da COP 30 em parceria com o governo do Pará e a Prefeitura de Belém, incluindo o uso de navios de cruzeiro para ampliar a hospedagem e melhorias na infraestrutura. Alberto Kleiman, da Secretaria-Geral da Presidência, reforçou a importância da logística como parte da estratégia política para a COP 30 e destacou que investimentos em infraestrutura urbana deixarão um legado positivo para Belém e a Amazônia. O evento, segundo ele, precisa engajar a população local e trazer benefícios duradouros, com uma estratégia de comunicação para envolver pequenos e médios empresários. Alberto ressaltou que a COP 30 deve demonstrar como o Brasil concilia desenvolvimento econômico com preservação ambiental, além de servir como modelo de sustentabilidade. Na sequência, os participantes debateram temas diversos. Rômulo Sousa questionou como a COP 30 superaria a desconfiança quanto a promessas climáticas e sobre a integração da população de Belém no evento. Mário respondeu que a justiça climática seria um dos pilares, englobando diversos temas dos ODS. Alberto destacou que o governo federal está desenvolvendo um plano de legado para a cidade e dialogando com movimentos sociais para garantir participação local. Outros participantes abordaram temas como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), inclusão da sociedade civil, e a criação de um espaço inclusivo na Zona Verde da COP 30. Sugestões foram feitas para realizar eventos que envolvam a população local, como um Parque dos ODS. Lourival destacou a importância da mineração no Brasil e o impacto na agenda climática, enquanto Alberto defendeu a abordagem realista do Brasil ao organizar um evento de grande porte em um país com desafios estruturais. Mário também ressaltou a singularidade de Belém como anfitriã da COP, que poderá mostrar ao mundo uma perspectiva amazônica sobre o desenvolvimento sustentável. Pedro Ivo apresentou a coalizão Carta da Terra e discutiu a importância da justiça climática para enfrentar as mudanças climáticas, com um foco na vulnerabilidade de comunidades marginalizadas. Além disso, enfatizou o papel independente e articulado da Carta da Terra na promoção da sustentabilidade. Representantes de outras entidades abordaram temas de justiça urbana, saúde, educação ambiental e a necessidade de capacitar a sociedade sobre a Agenda 2030. Foram discutidas, ainda, questões como a descarbonização de edificações, impactos da mineração, exploração petrolífera e o desenvolvimento sustentável na região amazônica. Para finalizar, Thiago Gehre Galvão reafirmou o compromisso da Comissão em colaborar com o governo para que a COP 30 reflita as prioridades brasileiras e encerrou a reunião agradecendo a todos pela participação, destacando a importância

de manter o foco no impacto climático e social do evento. Nada mais havendo a tratar, eu, Mariana Vicêncio Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata, que foi aprovada pelo pleno na 5º Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em 14 de novembro de 2024.